PARECER JURÍDICO

Ref.: PL 81/2025 (Processo Eletrônico nº. 1424/2025).

Ementa PL: Institui no Município de Itanhaém o direito à Parada Acessível no transporte coletivo para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Preambularmente,

Cabe dispor sobre a atuação do Presidente no processo legislativo na Câmara Municipal de Itanhaém, com base nas disposições regimentais (artigos 22, inciso II, alínea "e", c/c 160, do Regimento Interno.

Com base nos mencionados artigos, o Presidente da Câmara Municipal deve devolver a propositura ao autor, o que significa dizer que deverá fazer o juízo de admissibilidade para o fim de verificar o cumprimento dos critérios relacionados a seguir:

1. A propositura que fizer referência a normas legais (leis, decretos, regulamentos etc.) tem que apresentar seu texto completo, visando com garantir a clareza e acesso à informação, sob pena de devolução;
2. Citar cláusulas de contratos ou convênios sem transcrevê-las na íntegra, a fim de evitar omissões, bem como permitir análise completa;
3. For inconstitucional, ilegal ou contrariar o Regimento Interno, objetivando proteger a legalidade e a ordem normativa.
4. Se for iniciativa popular e não cumprir os requisitos regimentais, visando a conformidade com as regras estabelecidas;
5. For apresentada por um vereador ausente à sessão (salvo em caso de licença médica comprovada), objetivando a participação efetiva;
6. Tiver sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa e não for assinada pela maioria absoluta da Câmara, com o fim de impedir a reintrodução indevida de matérias já descartadas;
7. Configurar emenda, subemenda ou substitutivo que não tenha relação com o projeto original, evitando o desvio de finalidade;

8. Se tratar de uma mensagem aditiva do Executivo que, em vez de adicionar, modifique, suprima ou substitua partes do projeto original, objetivando a natureza das adições.
9. Se não for da competência da Câmara, a fim de evitar que a Câmara discuta temas fora de sua alçada.

Tais critérios tem por finalidade garantir a ordem, a legalidade e a coerência no processo legislativo municipal.

No exercício de sua competência, o Presidente pode determinar que a Diretoria Jurídica se manifeste sobre a juridicidade e legalidade das proposições, com base no artigo 10, da Lei Complementar Municipal nº. 91, de 2008, objetivando amparar o ato que determina a tramitação do procedimento legislativo, em especial o recebimento e distribuição das proposições devidamente formalizadas antes de encaminhá-los para tramitação; devolução de propostas irregulares (esteja mal formulada, trate de matéria alheia à competência da Câmara, seja flagrantemente inconstitucional ou contrária ao Regimento Interno, o Presidente pode devolvê-la ao autor). Para após a admissibilidade da proposição, o Presidente encaminha os projetos para análise das comissões permanentes ou temporárias pertinentes.

Após as necessárias considerações iniciais sobre a atuação da Presidência no processo legislativo e, em cumprimento à R. determinação de fls. 15, passa a expor a manifestação.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre a criação do direito à Parada Acessível no transporte coletivo urbano. A proposta visa permitir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam solicitar o embarque e desembarque fora dos pontos regulares de parada, desde que respeitadas as condições de segurança e o itinerário da linha.

O Projeto prevê ainda que os motoristas e cobradores deverão ser capacitados pela empresa concessionária do serviço para garantir o atendimento adequado aos beneficiários da lei, incluindo o cumprimento da nova norma.

II – COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

O transporte coletivo urbano é um serviço público de interesse local, cuja organização e prestação são de competência dos Municípios, nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Além disso, no que se refere à proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, há expressa autorização constitucional e infraconstitucional para que os Municípios legislem suplementarmente ou detalhem normas gerais, conforme prevê o art. 23, inciso II, e o art. 24, inciso XIV, ambos da Constituição Federal, e a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O projeto, ao disciplinar sobre aspectos operacionais do transporte coletivo urbano (ponto de parada fora dos locais regulares, condicionada à segurança e ao itinerário), insere-se dentro da competência municipal para organização do serviço público local.

III – LEGALIDADE DA MATÉRIA

No tocante à legalidade da matéria, o Projeto de Lei observa os seguintes aspectos: respeito às Normas de Segurança e Trânsito, pois estabelece que o direito à parada acessível somente poderá ser exercido quando o local apresentar condições seguras para o embarque e desembarque, tanto para os passageiros quanto para o tráfego em geral, o que demonstra compatibilidade com o Código de Trânsito Brasileiro; respeito ao Itinerário das Linhas, pois há a previsão de que a parada acessível será dentro do itinerário regular da linha de ônibus, evitando alteração substancial do trajeto e resguardando a operacionalidade do sistema de transporte; a concessão de Serviço Público, prevendo a obrigação das empresas concessionárias na capacitação dos motoristas e cobradores para atendimento à nova norma é legítima, uma vez que decorre do poder-dever do Município de regulamentar a prestação dos serviços concedidos, bem como observa o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012), que prevê a promoção da inclusão social no transporte.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Projeto de Lei em análise, enquadra-se na competência legislativa municipal, pois trata de aspectos da organização do serviço público de transporte coletivo urbano, de interesse local, além de estabelecer medidas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Está formal e materialmente legal, pois respeita os limites constitucionais, infraconstitucionais e de segurança viária, além de estar em consonância com os direitos fundamentais de acessibilidade.

Assim, não há óbices jurídicos à tramitação e eventual aprovação do Projeto de Lei, quanto à sua competência legislativa e à sua legalidade.

Este é o parecer, s.m.j.

Itanhaém, data do protocolo.

CARLA CRISTINA PEREIRA,

Diretora Jurídica.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 320034003000300032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **CARLA CRISTINA PEREIRA** em **23/06/2025 15:09**

Checksum: **E39EB4AA83DBD492CDC81AEC3B165630E3999654DD60E268930801A8DDE80434**